Julho/2013

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 12ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário - Área Judiciária
Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal

Nome do Candidato	Nº de Inscrição	Nº do Caderno
Caderno de Prova 'B02', Tipo 001	MODELO	MODELO1

Nº do Documento	ASSINATURA DO CANDIDATO
0000000000000000	

00001−0001−0001

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva - Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva - Redação.

  Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ
- Ler o que se pede na Prova Discursiva - Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva - Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva - Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

A ética epicurista é basicamente um hedonismo. Mas o hedonismo epicurista, embora considere todo prazer como corpóreo, não legitima qualquer tipo de prazer. Faz-se necessário distinguir o verdadeiro prazer, estável, dos prazeres que resultam em pesares ou partem de carências. O primeiro tipo é o prazer em repouso, diferente do prazer em movimento, que os cirenaicos consideram o bem buscado pelos homens. Exemplo de prazer em movimento é sentir sede e saciá-la. O prazer em repouso, meta do epicurista, não consiste em satisfazer uma necessidade: é, antes, eliminar a necessidade, atingir a ausência de dor. Por isso, o prazer prescrito pelo epicurismo opõe-se à busca desenfreada e ansiosa de bens.

Administrar os desejos, para manter-se "nos limites impostos pela natureza" – eis o caminho que conduz à serena felicidade. Esse controle racional da afetividade coloca a existência humana em sintonia com a natureza das coisas reveladas pela física e impede que se siga na direção apontada pelo desejo que não expressa uma necessidade natural, antes constitui imposição do meio social em seu aparente progresso. A vida ascética e frugal das comunidades epicuristas procura a serenidade resultante da satisfação dos desejos naturais e necessários: a delícia está na qualidade, não na quantidade dos bens adquiridos.

Ser mortal, o homem constrói sua liberdade no tempo, no tempo desta vida, que deve ser transformado em tempo de felicidade. O epicurismo considera, com efeito, que além do mundo imediato, captado pelas sensações, há também um plano de realidade – igualmente corpórea, porém mais sutil – à disposição do homem: seu acervo de imagens, seu arquivo de lembranças, simulacros corpóreos de sensações, que ele pode utilizar para sua felicidade.

De tudo isso resulta o valor atribuído pela ética epicurista ao tempo, ao acúmulo de experiências, ao passado e à memória, e, consequentemente, à velhice. Dotado de grande acervo de lembranças, o idoso, segundo Epicuro, possui mais condições para alcançar a serena felicidade.

(Adaptado de: José Américo Motta Pessanha. As delícias do jardim. In: **Ética**. Org. Adauto Novaes. São Paulo, Cia. das Letras, 2007, p. 74 a 76)

1. O hedonismo epicurista configura-se como

(A) exaltação da liberdade de se atingir o prazer pelos meios propiciados pela cultura.

(B) dedicação ao prazer dos sentidos, fundamento de todos os prazeres espirituais.

(C) procura de um tipo de prazer que somente se tornaria pleno se fosse compartilhado com a comunidade.

(D) resignação diante do sofrimento do presente, revigorada por expectativas positivas quanto ao futuro.

(E) busca de prazeres moderados, ou seja, aqueles que não acarretam sentimentos de tristeza.

2. É atitude condizente com a ética epicurista exposta no texto:

I. ter discernimento para analisar a diversidade dos desejos e perceber quais devem ser atendidos e quais devem ser ignorados.

II. seguir na direção do progresso da civilização, com a finalidade de sobrepujar os limites da natureza e atingir uma vida ausente de desejos insatisfeitos.

III. satisfazer as exigências impostas pelo desejo tal como se apresenta na juventude, ou seja, com todo o vigor, considerando, no entanto, que o melhor ainda está por vir, já que apenas na velhice o homem atinge a verdadeira sabedoria.

Atende ao enunciado APENAS o que consta em

(A) I.

(B) I e II.

(C) II e III.

(D) III.

(E) I e III.

3. Sem prejuízo para a correção e o sentido original, no segmento

(A) *e impede que se siga na direção apontada pelo desejo que não expressa uma necessidade natural* (2º parágrafo), uma vírgula pode ser inserida imediatamente após a palavra *desejo*.

(B) *Ser mortal, o homem constrói sua liberdade no tempo* (3º parágrafo), a vírgula pode ser suprimida.

(C) *à disposição do homem* (3º parágrafo), o uso da crase pode ser dispensado, por ser facultativo.

(D) *embora considere todo prazer como corpóreo* (1º parágrafo), o elemento em destaque pode ser substituído por **conquanto**.

(E) *é, antes, eliminar a necessidade* (1º parágrafo), o elemento em destaque pode ser substituído por **primeiramente**.

4. O segmento que admite transposição para a **voz passiva** é:

(A) *A ética epicurista é basicamente um hedonismo.*
(B) *... que ele pode utilizar para sua felicidade.*
(C) *... a delícia está na qualidade...*
(D) *... prazeres que resultam em pesares...*
(E) *... ou partem de carências.*

5. *De tudo isso resulta o valor atribuído pela ética epicurista ao tempo...*

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima está empregado em:

(A) *... desejo que* [...] *constitui imposição do meio social em seu aparente progresso.*

(B) *O primeiro tipo é o prazer em repouso...*

(C) *... eis o caminho que conduz à serena felicidade.*

(D) *... o homem constrói sua liberdade no tempo...*

(E) *... há também um plano de realidade...*

6. Mantém-se a correção, substituindo-se o segmento

(A) *não legitima qualquer tipo de prazer* **por** "não lidima qualquer tipo de prazer".

(B) *impede que se siga na direção apontada pelo desejo* **por** "impede que continuamos na direção apontada pelo desejo".

(C) *O epicurismo considera, com efeito, que além do mundo imediato...* **por** "O epicurismo considera fato consumado, que além do mundo imediato..."

(D) *De tudo isso resulta o valor atribuído pela ética epicurista ao tempo* **por** "De tudo isso resulta os valores arrogados pela ética epicurista ao tempo".

(E) *Ser mortal, o homem constrói sua liberdade no tempo* **por** "Ser mortal, o homem cuja a liberdade construíra no tempo".

7. Uma **redação alternativa** para um segmento do texto, em que se mantêm a correção e a lógica, é:

(A) Controlar racionalmente a afetividade humana coloca a existência em sintonia com a natureza das coisas reveladas pela física, que as impede de seguir na direção apontada pelo desejo.

(B) Diferentemente do prazer em repouso, o prazer em movimento, que é considerado pelos cirenaicos como a maior meta dos homens.

(C) Mortal, a liberdade do homem se constrói no tempo de felicidade que à esta vida coubera ser transformada.

(D) O grande acervo de lembranças disponível ao idoso, dota-lhe de maiores possibilidades de atingir a serena felicidade.

(E) Além do mundo imediato, captado pelas sensações, também haveria, segundo os epicuristas, um plano de realidade, igualmente corpórea, porém mais sutil, à disposição do homem.

8. Na frase *Por isso, o prazer prescrito pelo epicurismo opõe-se à busca desenfreada e ansiosa de bens*, o elemento sublinhado pode ser corretamente substituído por:

(A) Daí advém a finalidade da qual o prazer prescrito pelo epicurismo

(B) Eis o porque de o prazer prescrito pelo epicurismo

(C) Este é o por que de o prazer prescrito pelo epicurismo

(D) Este é o motivo porque o prazer prescrito pelo epicurismo

(E) Esta é a razão pela qual o prazer prescrito pelo epicurismo

9. *Entre as capitais brasileiras, somente o Rio de Janeiro é palco ..... altura de Florianópolis na diversidade das belezas naturais. Com 400 mil habitantes, a cidade começa no continente e toma ..... imensa Ilha de Santa Catarina, com cerca de 60 km de extensão, o que faz com que sejam longas as distâncias de uma praia ..... outra.*

(Adaptado de: **www.viagem.uol.com.br**)

Preenchem corretamente as lacunas do texto acima, na ordem dada:

(A) à – à – a
(B) à – a – a
(C) a – à – à
(D) a – a – à
(E) à – à – à

10. *Além de* O Vampiro de Curitiba *(1965), ... na obra de Dalton Trevisan os livros* Cemitério dos Elefantes *(1964),* A Guerra Conjugal *(1969) e* Crimes da Paixão *(1978).*

De acordo com o presidente da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Galeno Amorim, "o Prêmio Camões é uma possibilidade para que se mostre ao mundo a literatura de grande qualidade que ..... em nossos países". A escolha do autor foi feita em 21 de maio pelo júri do prêmio, instituído pelos governos do Brasil e de Portugal em 1988. Desde então, já ..... o Camões onze escritores de Portugal, dez do Brasil, dois de Angola, um de Moçambique e um de Cabo Verde.

(Adaptado de: **www.cartacapital.com.br/cultura/**)

Preenchem corretamente as lacunas do texto acima, na ordem dada:

(A) destaca-se – se produz – receberam
(B) destaca-se – se produzem – recebeu
(C) destacam-se – se produzem – recebeu
(D) destacam-se – se produz – receberam
(E) destacam-se – se produzem – receberam

Atenção: Para responder às questões de números 11 a 14, considere o texto abaixo.

MAQUINOMEM

O homem esposou a máquina
e gerou um híbrido estranho:
um cronômetro no peito
e um dínamo no crânio.
As hemácias de seu sangue
são redondos algarismos.

Crescem cactos estatísticos
em seus abstratos jardins.

Exato planejamento,
a vida do maquinomem.
Trepidam as engrenagens
no esforço das realizações.

Em seu íntimo ignorado,
há uma estranha prisioneira,
cujos gritos estremecem
a metálica estrutura;
há reflexos flamejantes
de uma luz imponderável
que perturbam a frieza
do blindado maquinomem.

Helena Kolody

11. Percebe-se no poema

I. sugestão de que a junção do homem com a máquina, o *maquinomem*, acaba por gerar um ser desprovido de qualquer sensibilidade.

II. apologia à eficiência do híbrido homem-máquina.

III. enaltecimento à mecanização do trabalho humano.

IV. crítica à ideia de que o homem possa pensar e reagir tal qual uma máquina.

Atende ao enunciado APENAS o que consta em

(A) I e IV.
(B) IV.
(C) II e III.
(D) II.
(E) I.

12. *Em seu íntimo ignorado,*
há uma estranha prisioneira,
cujos gritos estremecem
a metálica estrutura [...]

Uma redação alternativa, em prosa, para os versos acima, em que se mantêm a correção e a lógica, está em:

(A) Os gritos, de uma estranha prisioneira, fazem estremecerem, em seu íntimo ignorado a estrutura metálica.

(B) No íntimo ignorado, onde habita os gritos de uma estranha prisioneira, estremecem a estrutura metálica.

(C) Estremecem a estrutura metálica, no seu íntimo ignorado, onde se encontra os gritos de uma estranha prisioneira.

(D) Os gritos de uma estranha prisioneira, estremecem no seu íntimo ignorado, a estrutura metálica.

(E) Os gritos de uma estranha prisioneira, em seu íntimo ignorado, fazem estremecer a estrutura metálica.

13. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

(A) *Trepidam as engrenagens* = Ajustam-se as peças
(B) *luz imponderável* = chama impetuosa
(C) *um híbrido estranho* = um mestiço inolvidável
(D) *perturbam a frieza* = abalam a impassibilidade
(E) *reflexos flamejantes* = imagens enérgicas

14. *gerou um híbrido estranho – estremecem a metálica estrutura – perturbam a frieza do blindado maquinomem*

Substituindo-se os elementos grifados acima por um pronome, com os necessários ajustes, o resultado correto será, respectivamente:

(A) gerou-o – estremecem-na – perturbam-lhe a frieza
(B) o gerou – estremecem-a – perturbam-no a frieza
(C) gerou-lhe – estremecem-na – o perturbam a frieza
(D) gerou-no – estremecem-lhe – perturbam-o a frieza
(E) gerou-lhe – lhe estremecem – perturbam-no a frieza

Atenção: Para responder às questões de números 15 e 16, considere o texto abaixo.

Embora não fosse mais a capital da Turquia, por muitos séculos a cidade fora o epicentro de três impérios distintos: Bizantino, Romano e Otomano. Por esse motivo, Istambul podia ser considerada um dos lugares com maior diversidade histórica no mundo. Do palácio de Topkapi à Mesquita Azul, passando pelo Castelo das Sete Torres, a cidade está repleta de relatos folclóricos de batalhas, glórias e derrotas.

Era um mundo dividido, uma cidade de forças opostas: antigas e modernas; orientais e ocidentais. Situada na fronteira geográfica entre Europa e Ásia, a cidade era literalmente a ponte que ligava o Velho Mundo a um mundo mais velho ainda.

(Adaptado de: Dan Brown. **Inferno**. São Paulo, Editora Arqueiro, 2013, Cap. 84)

15. Considere as afirmações abaixo.

I. Por meio de alguns dados históricos, geográficos e culturais, o autor lamenta o fato de Istambul ter perdido parte de sua antiga glória e não ser mais a capital da Turquia.

II. Em ambos os segmentos em que aparecem, os dois-pontos introduzem um esclarecimento acerca do que acabou de ser anunciado.

III. Nos segmentos *Era um mundo dividido* e *a ponte que ligava o Velho Mundo a um mundo mais velho ainda*, os verbos estão flexionados nos mesmos tempo e modo.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) II.
(B) I e II.
(C) II e III.
(D) III.
(E) I e III.

16. A forma verbal que exprime acontecimento passado anterior a outro igualmente passado se encontra em:

(A) *... a cidade está repleta de relatos folclóricos de batalhas, glórias e derrotas.*

(B) *Embora não fosse mais a capital da Turquia...*

(C) *... por muitos séculos a cidade fora o epicentro de três impérios distintos...*

(D) *... Istambul podia ser considerada um dos lugares com maior diversidade histórica no mundo.*

(E) *... a cidade era literalmente a ponte que...*

Atenção: Para responder às questões de números 17 e 18, considere o texto abaixo.

Há uma geração, aproximadamente dois terços da população do subúrbio de San Marino, em Los Angeles, era branca. Hoje, no entanto, os asiáticos formam mais da metade da população do local.

A transformação ilustra uma mudança drástica nas tendências migratórias da Califórnia, na última década, que pode ser vista em toda a área: grande parte dos imigrantes do Estado mais populoso dos EUA hoje vem da Ásia.

"Estamos realmente vendo uma era diferente aqui", disse Hans Johnson, demógrafo do Instituto de Políticas Públicas da Califórnia que estudou dados do Censo.

Mas o crescimento não ocorreu sem certas reações. Se raramente há tensão declarada na área hoje em dia, existe uma história de conflitos sobre regulamentos escritos apenas em inglês.

(Adaptado de: Novo sonho suburbano nos EUA mistura Ásia e Califórnia. Disponível em: **www1.folha.uol.com.br**)

17. *Hoje, no entanto, os asiáticos formam mais da metade da população do local.*

Transpondo-se a frase acima para a **voz passiva**, a forma verbal resultante será:

(A) se formava.

(B) são formadas.

(C) é formado.

(D) é formada.

(E) era formada.

18. Sem prejuízo do sentido original e sem que se faça qualquer outra alteração na frase, o verbo flexionado no singular que também estaria corretamente flexionado no plural se encontra em:

(A) *... grande parte dos imigrantes do Estado mais populoso dos EUA hoje vem da Ásia.*

(B) *... existe uma história de conflitos sobre regulamentos escritos apenas em inglês.*

(C) *... uma mudança drástica nas tendências migratórias da Califórnia, na última década, que pode ser vista em toda a área...*

(D) *Mas o crescimento não ocorreu sem certas reações.*

(E) *... aproximadamente dois terços da população do subúrbio de San Marino, em Los Angeles, era branca.*

Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região

19. O primeiro critério determinante da antiguidade dos Juízes do Trabalho Substitutos é a

(A) data da posse.

(B) data do exercício.

(C) data da nomeação.

(D) classificação do concurso.

(E) idade.

20. A respeito do Incidente de Uniformização de Jurisprudência,

(A) os autos serão encaminhados à Comissão de Uniformização de Jurisprudência antes da publicação do acórdão que suscitou o incidente.

(B) o teor do verbete a ser submetido ao Tribunal Pleno será elaborado pelo Ministério Público.

(C) será relator no Tribunal Pleno o Desembargador do Trabalho que lavrou o acórdão proferido no incidente.

(D) da decisão do Tribunal Pleno cabe recurso ordinário para o Tribunal Superior do Trabalho.

(E) será objeto de Súmula a tese aprovada pela maioria simples de qualquer das Câmaras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito do Trabalho

21. No estudo das fontes e princípios do Direito do Trabalho,

(A) a CLT relaciona expressamente a jurisprudência como fonte supletiva, a ser utilizada pelas autoridades administrativas e pela Justiça do Trabalho em caso de omissão da norma positivada.

(B) o direito comum será fonte primária e concorrente com o direito do trabalho quando houver alguma omissão da legislação trabalhista, conforme norma expressa da CLT.

(C) a sentença normativa não é considerada fonte formal do direito do trabalho porque é produzida em dissídio coletivo e atinge apenas as categorias envolvidas no conflito.

(D) o princípio da aplicação da norma mais favorável aplica-se no direito do trabalho para garantia dos empregos, razão pela qual, independente de sua posição hierárquica, deve ser aplicada a norma mais conveniente aos interesses da empresa.

(E) o princípio da primazia da realidade do direito do trabalho estabelece que os aspectos formais prevalecem sobre a realidade, ou seja, a verdade formal se sobrepõe à verdade real.

22. Afrodite foi empregada da empresa "Alfa Seguradora" por dois anos, sendo dispensada sem receber nenhuma verba rescisória. Ingressou com uma reclamação trabalhista acionando a sua empregadora e a empresa "Alfa Banco de Investimentos", que é empresa controladora do grupo econômico. Nessa situação:

(A) não há responsabilidade da empresa controladora porque não foi empregadora de Afrodite.

(B) haverá responsabilidade subsidiária da controladora pelos débitos trabalhistas das empresas do grupo econômico.

(C) a Consolidação das Leis do Trabalho não possui regra própria para regular a situação, portanto, não haverá responsabilidade de empresa distinta.

(D) a responsabilidade da empresa do grupo econômico é solidária, conforme previsão expressa da Consolidação das Leis do Trabalho.

(E) somente haveria responsabilidade solidária ou subsidiária por parte da empresa controladora do grupo em caso de decretação de falência da empresa controlada.

23. Acerca das normas legais referentes às alterações, suspensões e interrupções dos contratos individuais do trabalho,

(A) a alteração das condições contratuais só será lícita se houver mútuo consentimento, ainda que venha resultar, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado que consentiu com as alterações.

(B) não se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.

(C) é vedada a transferência do empregado, sem a sua anuência, para localidade diversa da que resultar do contrato, ainda que ocorra a extinção do estabelecimento em que ele trabalhava.

(D) nos contratos por prazo determinado, o tempo de afastamento sempre será computado na contagem do prazo para a respectiva terminação.

(E) o afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar, ou de outro encargo público, por se tratar de alteração contratual, constitui motivo justo para rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador.

24. A Consolidação das Leis do Trabalho prevê que o contrato individual de trabalho corresponde à relação de emprego, além de criar normas classificando e atribuindo características ao contrato. Segundo essas regras,

(A) o empregador não exigirá do candidato a emprego comprovação de experiência prévia por tempo superior a seis meses no mesmo tipo de atividade, para fins de contratação.

(B) o contrato individual de trabalho poderá ser acordado somente de forma expressa e por escrito, podendo, em qualquer situação ser firmado por prazo determinado ou indeterminado.

(C) o contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de quatro anos, podendo ser prorrogado por até duas vezes, dentro desse período.

(D) o contrato de experiência é uma das modalidades legais de contrato por prazo determinado e não poderá exceder seis meses.

(E) a mudança na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa afetará os contratos de trabalho dos respectivos empregados, se constituindo uma nova relação de emprego a partir da alteração.

25. As férias anuais serão concedidas nos doze meses subsequentes ao período aquisitivo, sendo que as faltas injustificadas ocorridas nesse período de aquisição acarretam a diminuição da proporção dos dias de férias. Assim sendo, a Consolidação das Leis do Trabalho considera como faltas justificadas

(A) até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento de cônjuge.

(B) até 5 (cinco) dias consecutivos, em virtude de casamento.

(C) por 2 (dois) dias, em cada 06 (seis) meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.

(D) até 5 (cinco) dias consecutivos ou não, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva.

(E) por 7 (sete) dias, para o pai em caso de nascimento de filho.

26. A legislação trabalhista criou algumas normas de proteção ao trabalho da mulher e do menor. Segundo tais normas é INCORRETO afirmar que

(A) é vedado exigir atestado ou exame, de qualquer natureza, para comprovação de esterilidade ou gravidez, na admissão ou permanência no emprego.

(B) é lícito ao menor firmar recibo pelo pagamento dos salários, bem como dar quitação ao empregador pelo recebimento da indenização que lhe for devida pela rescisão do contrato de trabalho, sem assistência dos seus responsáveis legais.

(C) o empregador ou preposto não pode proceder a revistas íntimas nas empregadas ou funcionárias.

(D) a empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário.

(E) é proibido qualquer trabalho aos menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

27. Conforme legislação específica que regulamenta o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS,

(A) os empregadores são obrigados a depositar mensalmente na conta do FGTS do empregado a importância correspondente a 10% sobre a remuneração do mesmo.

(B) o recolhimento do FGTS não incide sobre o valor da gratificação natalina dos empregados.

(C) o depósito do FGTS mensal é obrigatório nos casos de afastamento para prestação do serviço militar obrigatório e licença por acidente do trabalho.

(D) o percentual da multa rescisória será de 40% sobre o montante de todos os depósitos de FGTS realizados durante a vigência do contrato de trabalho, quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho.

(E) a conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada quando o trabalhador permanecer dois anos ininterruptos, fora do regime do FGTS.

28. Em se tratando de segurança e medicina do trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho possui regras que disciplinam as atividades insalubres e perigosas, sendo que

(A) as atividades perigosas e insalubres são derivadas dos mesmos riscos ou fatores e, por tal motivo, são tuteladas da mesma forma pela legislação trabalhista.

(B) o trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

(C) o exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância, assegura a percepção de adicional de 50%, 25% e 10% do salário mínimo, segundo se classifiquem em grau máximo, médio e mínimo.

(D) as atividades ou operações insalubres são aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a inflamáveis, explosivos ou energia elétrica.

(E) as atividades insalubres são aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.

29. A Lei nº 7.783/89 assegura o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender. Entretanto, durante o período de greve, serão mantidas em atividade equipes de empregados com o propósito de assegurar os serviços ou atividades essenciais. De acordo com essa norma, é INCORRETO afirmar que são considerados serviços essenciais:

(A) assistência médica e hospitalar.
(B) serviços funerários.
(C) controle de tráfico aéreo.
(D) compensação bancária.
(E) serviços ligados ao Poder Judiciário.

30. O capítulo da Consolidação das Leis do Trabalho relativo à organização sindical contém definições de categorias e regras sobre instrumentos de negociação coletiva. Com base nessas normas,

(A) a similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como categoria econômica.

(B) a convenção coletiva de trabalho é o acordo de caráter normativo, pelo qual uma ou mais empresas da categoria econômica, estipulam com o sindicato profissional algumas condições de trabalho, aplicáveis ao âmbito das empresas acordantes respectivas relações de trabalho.

(C) a solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas constitui o vínculo social básico denominado como categoria profissional.

(D) a categoria profissional diferenciada é aquela que se forma dos empregados que exercem profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares.

(E) as condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho sempre prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva de trabalho devido ao ajuste estar mais próximo do conjunto de trabalhadores da empresa.

Direito Processual do Trabalho

31. Nas reclamações trabalhistas sujeitas ao procedimento sumaríssimo,

(A) o pedido deverá ser certo e determinado no dissídio coletivo.

(B) o recurso ordinário terá parecer oral do representante do Ministério Público presente à sessão de julgamento, se este entender necessário, com registro na certidão.

(C) a citação será feita por edital, quando procurado o réu por três vezes, houver suspeita de sua ocultação.

(D) o valor da causa não poderá exceder sessenta salários mínimos, devendo este valor corresponder ao pedido contido na exordial.

(E) deferida a prova técnica, as partes deverão ser intimadas para manifestar-se sobre o laudo pericial no prazo comum de quinze dias.

32. Considere os seguintes recursos:

I. Agravo de Petição.
II. Embargos no TST.
III. Agravo Regimental.

Em regra, os recursos com depósito recursal obrigatório por parte do recorrente são os indicados APENAS em

(A) III.
(B) I e II.
(C) II e III.
(D) II.
(E) I e III.

33. Joana ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa "Alegria Ltda" dando à causa o valor de R$ 23.000,00. A reclamação trabalhista foi julgada procedente e a empresa reclamada interpôs recurso ordinário ao qual foi dado provimento. Diante da reforma da decisão, a reclamante interpôs recurso de revista alegando que o acórdão impugnado deu interpretação diversa a dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho da que foi dada pela Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho. O referido recurso de revista não foi conhecido por inadmissível. Neste caso, o não conhecimento do recurso de revista foi

(A) correto, porque no caso em tela somente seria admitido recurso de revista, exclusivamente, na hipótese de violação direta da Constituição da República.

(B) correto, porque no caso em tela somente seria admitido recurso de revista por contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta da Constituição da República.

(C) incorreto, porque é admitido recurso de revista quando o acórdão der ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho.

(D) correto, porque no caso em tela somente seria admitido recurso de revista por contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho.

(E) incorreto, afrontando diretamente a Constituição Federal brasileira, devendo ser interposto Agravo de Instrumento em face desta decisão.

34. No tocante à Praça e Leilão, considere:

I. Atendendo ao princípio da publicidade, a Consolidação das Leis do Trabalho prevê que a arrematação de bens será anunciada por edital afixado na sede do juízo ou tribunal e publicado no jornal local, se houver, com antecedência de 20 dias.

II. No processo do trabalho, em regra, a hasta pública ocorre em duas hipóteses: a primeira praça, na qual o bem somente é vendido se alcançar lanço superior ao da avaliação e a segunda praça na qual os bens poderão ser vendidos por qualquer lanço, independentemente de ser ou não considerado vil.

III. Em caso de arrematação, o arrematante ou seu fiador deverá pagar o lanço no prazo improrrogável de cinco dias contados da data da praça, sob pena de perder, em benefício da execução, o sinal dado.

De acordo com as normas preconizadas na Consolidação das Leis do Trabalho está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.

(B) III.

(C) I.

(D) II e III.

(E) I e III.

35. Deisy ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa "AXZ Ltda", requerendo a rescisão indireta de seu contrato de trabalho. As partes celebraram acordo através de petição conjunta, assinada pelos advogados de ambas as partes com poderes para transigir. No entanto, o magistrado não homologou o acordo sob o fundamento de que as partes pretendiam o recebimento ilegal de seguro-desemprego e saque indevido de FGTS. Neste caso, a decisão do magistrado de homologar ou não o referido acordo

(A) deverá ser objeto de agravo de instrumento, interposto no prazo de oito dias a contar da publicação da referida decisão.

(B) violou direito líquido e certo das partes, que deverão impetrar mandado de segurança conjunto, figurando ambas no polo ativo do mandado.

(C) violou direito líquido e certo das partes, devendo cada parte impetrar mandado de segurança separadamente.

(D) possui vício porque no caso de acordo celebrado em reclamação trabalhista que vise a rescisão indireta de contrato de trabalho é obrigatória a assinatura das partes em conjunto com os seus advogados.

(E) constitui faculdade do juiz, inexistindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.

36. Com relação ao Mandado de Segurança, considere:

I. Caberá ao Tribunal Regional do Trabalho competente o julgamento do mandado de segurança quando a autoridade coatora for juiz de direito investido na jurisdição trabalhista.

II. É incabível mandado de segurança contra decisão judicial transitada em julgado.

III. O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 180 dias contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado (prazo decadencial).

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.

(B) II.

(C) I e III.

(D) II e III.

(E) I e II.

37. No tocante à Organização do Ministério Público do Trabalho, considere:

I. Subprocuradores-Gerais do Trabalho são órgãos designados para oficiar junto ao Tribunal Superior do Trabalho e nos ofícios na Câmara de Coordenação e Revisão.

II. O chefe do Ministério Público do Trabalho é o Procurador-Geral do Trabalho nomeado pelo Presidente da República.

III. O Procurador-Geral do Trabalho deverá ser membro da instituição com mais de trinta e cinco anos de idade e dez anos de carreira e terá mandato de dois anos, vedada a recondução.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) III.
(B) I.
(C) I e II.
(D) III e IV.
(E) I e III.

38. O artigo 649 do Código de Processo Civil brasileiro é aplicado subsidiariamente ao Processo do Trabalho. Segundo este dispositivo legal, em regra, pode(m) ser penhorado(s/as)

(A) os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ao exercício de qualquer profissão.

(B) os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis úteis ao exercício de qualquer profissão.

(C) a quantia depositada em caderneta de poupança até o limite de cinquenta salários mínimos.

(D) o seguro de vida.

(E) os recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político.

39. Ana ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa "VXC Ltda.", tendo a referida reclamação sido julgada procedente e transitada em julgado. Já na fase de execução de sentença, Norberto, irmão dos sócios da empresa reclamada, teve o apartamento que reside penhorado. Indignado, já que nunca foi sócio da empresa reclamada, bem como comprou este apartamento com recursos próprios, pretende apresentar a medida cabível. Neste caso, Norberto deverá

(A) interpor Agravo de Petição, no prazo de até oito dias contados da juntada aos autos da certidão de intimação da penhora.

(B) opor Embargos de Terceiro, no prazo de até oito dias depois da arrematação, adjudicação ou remição, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta.

(C) opor Embargos de Terceiro, no prazo de até oito dias contados da intimação da penhora.

(D) interpor Agravo de Petição, no prazo de até oito dias contados da intimação da penhora.

(E) opor Embargos de Terceiro no prazo de até cinco dias depois da arrematação, adjudicação ou remição, mas sempre antes da assinatura da respectiva carta.

40. Minotauro, empregado da empresa "ADTL Ltda.", ajuizou reclamação trabalhista em face de sua empregadora por ser vítima de assédio moral de seu superior hierárquico. Na audiência designada, Minotauro levou Joana para testemunhar a respeito do referido assédio moral. Considerando que Joana é sobrinha de Minotauro ela

(A) poderá prestar depoimento na qualidade de testemunha uma vez que a suspeição existe quando se tratar de parente até o primeiro grau civil.

(B) é suspeita para prestar depoimento na qualidade de testemunha.

(C) poderá prestar depoimento na qualidade de testemunha uma vez que a suspeição existe quando se tratar de parente até o segundo grau civil.

(D) está impedida de depor na qualidade de testemunha.

(E) poderá prestar depoimento na qualidade de testemunha uma vez que o impedimento existe quando se tratar de parente até o segundo grau civil.

Direito Civil

41. No tocante às pessoas jurídicas:

(A) começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com o início efetivo de suas atividades ao público.

(B) de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que, nessa qualidade, causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver por parte destes culpa ou dolo.

(C) a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das instituições religiosas é condicional, por ser laico o Estado brasileiro, que deverá autorizar ou não seu reconhecimento e registro.

(D) os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.

(E) as autarquias e as associações públicas são pessoas jurídicas de direito privado.

42. Em relação aos bens:

(A) pertenças são bens que constituem partes integrantes de outros bens móveis ou imóveis, para incremento de sua utilidade.

(B) são móveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.

(C) infungíveis são os bens móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

(D) não perdem o caráter de bens imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando sua unidade, forem removidas para outro local.

(E) as benfeitorias podem ser principais, acessórias, singulares e coletivas.

43. Acerca dos negócios jurídicos:

(A) nas declarações de vontade importa considerar e fazer prevalecer apenas o sentido literal da linguagem.

(B) os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se ampliativamente.

(C) a manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.

(D) se forem eles celebrados com a cláusula de não valer sem instrumento público, este passa a ser incidental e secundário ao ato.

(E) o silêncio de uma parte importa sempre anuência à vontade declarada pela outra parte.

44. Relativos ao mandato, considere:

I. A outorga do mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato a ser praticado. Admite-se mandato verbal mesmo que o ato deva ser celebrado por escrito, dado o caráter não solene do contrato.

II. A aceitação do mandato pode ser tácita, e resulta do começo de execução.

III. O maior de dezesseis e menor de dezoito anos não emancipado pode ser mandatário, mas o mandante não tem ação contra ele senão de conformidade com as regras gerais, aplicáveis às obrigações contraídas por menores.

Está correto o que consta em

(A) II, apenas.
(B) I e II, apenas.
(C) I e III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

45. No que tange ao penhor:

(A) são credores pignoratícios, desde que contratado desse modo, os hospedeiros, ou fornecedores de pousada ou alimento, sobre as bagagens, móveis, joias ou dinheiro que os seus consumidores ou freguesses tiverem consigo nas respectivas casas ou estabelecimentos, pelas despesas ou consumo que aí tiverem feito.

(B) no penhor rural, industrial, mercantil e de veículos, as coisas empenhadas são transferidas ao credor, que as deve guardar e conservar.

(C) não podem ser objeto de penhor agrícola os animais do serviço ordinário de estabelecimento agrícola, nem as colheitas pendentes ou em vias de formação.

(D) podem ser objeto de penhor direitos, suscetíveis de cessão, sobre coisas móveis ou imóveis, com registro em Títulos e Documentos ou no Registro Imobiliário, conforme o caso.

(E) constitui-se o penhor, como regra geral, pela transferência efetiva da posse que, em garantia do débito ao credor ou a quem o represente, faz o devedor, ou alguém por ele, de uma coisa móvel, suscetível de alienação.

Direito Processual Civil

46. Em relação à capacidade civil,

(A) todo ser humano é capaz para o exercício pessoal dos atos da vida civil.

(B) são relativamente incapazes os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.

(C) são relativamente incapazes os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil.

(D) são absolutamente incapazes, em regra, os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, bem como os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.

(E) são absolutamente incapazes todos os menores de dezoito anos.

47. No tocante à prescrição,

(A) seu prazo não correrá se pender condição suspensiva.

(B) pode ela ser interrompida apenas pelo titular do direito violado.

(C) pode ela ser alegada em primeiro grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita, e somente pelo órgão jurisdicional, de ofício, nos demais graus jurisdicionais.

(D) o prazo prescricional iniciado contra uma pessoa não corre contra seu sucessor.

(E) os prazos prescricionais podem ser alterados por acordo entre as partes, mas não os prazos decadenciais.

48. No que se refere à inadimplência obrigacional,

(A) havendo fato ou omissão imputáveis ao devedor, não incorre este em mora.

(B) o devedor responde, como regra geral, pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior.

(C) nas obrigações negativas o devedor é tido por inadimplente desde o dia em que executou o ato de que se devia abster.

(D) nas obrigações provenientes de ato ilícito, considera-se o devedor em mora desde a citação na ação judicial que o responsabiliza, independentemente da natureza do ilícito.

(E) se a obrigação for positiva e líquida, e for inadimplida no seu termo, a mora constitui-se mediante interpelação judicial ou extrajudicial.

49. Em relação à compra e venda,

(A) o objeto do contrato será sempre coisa atual, sendo defeso contratar a compra e venda de coisas futuras.

(B) é ilícito às partes fixar o preço em função de índices ou parâmetros, ainda que suscetíveis de objetiva determinação.

(C) válido é o contrato, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço, por se tratar de cláusula meramente potestativa.

(D) até o momento da tradição, todos os riscos, da coisa e do preço, correm por conta do vendedor.

(E) a fixação do preço pode ser deixada ao arbítrio de terceiro, que os contratantes logo designarem ou prometerem designar.

50. No tocante à hipoteca, considere:

I. Podem ser objeto de hipoteca os imóveis e seus acessórios, navios, aeronaves e a propriedade superficiária, entre outros direitos e bens.

II. É válida a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado, já que se trata de gravame sobre o bem.

III. O dono do imóvel hipotecado pode constituir outra hipoteca sobre ele mediante novo titulo, em favor do mesmo ou de outro credor.

Está correto o que consta em

(A) I, apenas.

(B) I e II, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I e III, apenas.

(E) I, II e III.

Direito Constitucional

51. Considere o teor da ementa de acórdão abaixo transcrita:

"Repercussão geral – Entidade beneficente de assistência social – imunidade – contribuições sociais – artigo 195, § 7º, da Constituição Federal. Admissão pelo colegiado maior. O Tribunal reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada, vencido o Ministro Cezar Peluso. Não se manifestaram os Ministros Celso de Mello, Ellen Gracie e Joaquim Barbosa."

Diante disso,

I. a decisão foi tomada em sede de recurso extraordinário.

II. a questão constitucional discutida no caso teve repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, decisão para a qual se exige a manifestação de dois terços dos membros do Tribunal.

III. o mérito da questão constitucional suscitada não foi objeto da decisão, que se restringiu a analisar a admissibilidade recursal.

À luz da Constituição Federal brasileira, está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.

(B) II.

(C) III.

(D) I e III.

(E) II e III.

52. Possui eficácia limitada a norma constitucional que assegura direitos aos empregados domésticos, no que tange os direitos a

(A) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário, e licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.

(B) fundo de garantia do tempo de serviço e reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.

(C) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, e assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até cinco anos de idade, em creches e pré-escolas.

(D) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, e relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa.

(E) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal e duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais.

53. O artigo 33, § 2º, da Lei nº 11.343/2006 tipifica como crime as condutas de "induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de drogas". O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente ação direta de inconstitucionalidade, tendo por objeto referido dispositivo legal, para "dele excluir qualquer significado que enseje a proibição de manifestações e debates públicos acerca da descriminalização ou legalização do uso de drogas ou de qualquer substância que leve o ser humano ao entorpecimento episódico, ou então, viciado, das suas faculdades psicofísicas". Nesta hipótese, em relação ao dispositivo legal em questão, o STF procedeu à

(A) declaração de inconstitucionalidade, com redução de texto.

(B) declaração de constitucionalidade, com redução de texto.

(C) interpretação conforme a Constituição, com ampliação do alcance do texto normativo.

(D) declaração de inconstitucionalidade, com pronúncia de nulidade.

(E) interpretação conforme a Constituição, com redução do alcance do texto normativo.

54. Diante da disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais, a busca e apreensão de documentos em escritório de advocacia, sendo o advogado investigado,

(A) independe de autorização judicial, na medida em que o local de trabalho não goza da proteção constitucional conferida ao domicílio dos indivíduos.

(B) dependerá de determinação judicial que especifique o âmbito de abrangência da medida, a fim de que não recaia sobre a esfera de direitos de não investigados.

(C) somente é admitida na hipótese de flagrante delito.

(D) poderá ser executada mediante determinação judicial que determine a quebra do sigilo profissional, embora sem restrição de horário para cumprimento, por não se tratar do domicílio do investigado.

(E) não é admitida em hipótese alguma, em virtude da extensão da inviolabilidade de domicílio ao local de trabalho do advogado, qualificado que é pela garantia constitucional do sigilo profissional.

Direito Administrativo

55. O Prefeito de determinado Município utilizou-se de veículo e motorista pertencentes à Prefeitura para transportá-lo até sua casa de veraneio situada no litoral do Estado de Santa Catarina. Em razão do exposto, foi condenado por ato de improbidade administrativa. Nos termos da Lei nº 8.429/92, o ato em questão

(A) não é ímprobo, haja vista a legalidade da conduta do Prefeito, merecendo ser reformada a condenação.

(B) caracteriza-se como ato ímprobo que importa enriquecimento ilícito.

(C) caracteriza-se como ato ímprobo causador de prejuízo ao erário.

(D) não é ímprobo, pois o Prefeito não é agente público, isto é, não é sujeito ativo de improbidade administrativa.

(E) caracteriza-se como ato ímprobo atentatório aos princípios da Administração Pública.

56. Bento, servidor público federal, foi convocado para o serviço militar. Em razão de tal fato, foi concedida licença de seu cargo público. Concluído o serviço militar, Bento terá alguns dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo. Nos termos da Lei nº 8.112/90, o prazo a que se refere o enunciado é, em dias, de até

(A) 5.

(B) 15.

(C) 90.

(D) 30.

(E) 60.

57. Nos termos da Lei nº 9.784/99, o administrado que detém a condição de interessado em determinado processo administrativo tem direito a

(A) acessar os autos apenas se houver decisão proferida, não havendo o direito de acesso em hipótese diversa.

(B) ciência da tramitação do processo apenas, não podendo ter vista dos autos ou mesmo extrair cópias.

(C) vista dos autos apenas, não sendo garantida a ciência da tramitação do mesmo.

(D) vista dos autos e obtenção de cópias, não podendo, no entanto, ter acesso a eventuais decisões proferidas.

(E) ciência da tramitação do processo, vista dos autos, obtenção de cópias de documentos nele contido e conhecimento das decisões proferidas.

58. Acerca do sistema de registro de preços, previsto na Lei nº 8.666/93, considere:

I. O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.

II. Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.

III. O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas, dentre outras condições, a validade do registro não superior a cinco anos.

Está correto o que consta APENAS em

(A) II.

(B) I.

(C) I e II.

(D) II e III.

(E) III.

Noções de Gestão Pública

59. A respeito das receitas extraorçamentárias, considere:

I. Sua arrecadação não depende de lei específica.

II. Somam-se às disponibilidades financeiras do Tesouro, porém têm em contrapartida um passível exigível que será resgatado quando da realização da correspondente despesa extraorçamentária.

III. Correspondem às receitas de capital, operações de antecipação de receita orçamentária e operações de crédito.

Está correto o que consta em

(A) I, II e III.

(B) I e II, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) III, apenas.

60. Com base no disposto na Resolução nº 70/2009, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, os Planejamentos Estratégicos dos Tribunais deverão

(A) estar alinhados com o Plano Estratégico Nacional.

(B) ter abrangência mínima de 3 (três) anos.

(C) conter pelo menos 5 (cinco) indicadores de resultado para cada objetivo estratégico.

(D) ser revistos, obrigatoriamente, a cada 5 (cinco) anos.

(E) ter seus objetivos globais aprovados pelo Conselho Nacional de Justiça e os indicadores e metas aprovados pelo Órgão Especial de cada Tribunal.

S.P.Q.R. PREPARO JURÍDICO CURSOS PARA CONCURSOS

DISCURSIVA-REDAÇÃO

Atenção:
- Na Prova Discursiva – Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela banca examinadora.
- Na Prova Discursiva – Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

A ideia de literatura foi se moldando em função da história, das condições sociais, da figura do escritor e do leitor, do papel da palavra escrita e assim por diante. Transformado em produto, em simples mercadoria, o livro foi perdendo sua aura sagrada. Literatura é um fato da cultura humana, um objeto contingente, ao sabor da história e dos valores de seu tempo.

(Adaptado de: Cristóvão Tezza. **O Espírito da prosa**. Rio de Janeiro: Record, 2012. Formato: ePub.)

Com base no que está transcrito acima, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do seguinte tema:

A literatura no momento histórico atual

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

S.P.Q.R. PREPARO JURÍDICO CURSOS PARA CONCURSOS RASCUNHO